



## PARECER TÉCNICO Nº005 – COSE / CMC / IFAM / 2019

Manaus, 20 de Dezembro de 2019.

### 1) DAS INFORMAÇÕES

**TOMADA DE PREÇO N.º:** 001/2019 - CMC;

**PROCESSO N.º:** 23443.028106/2019-82;

**OBJETO:** OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO DO CAMPUS CMC;

**ASSUNTO:** Análise da proposta técnica da empresa JPV da Silva LTDA;

**REFERÊNCIA:** PARECER TÉCNICO Nº004 – COSE / CMC / IFAM / 2019;  
ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA CORRIGIDA DA EMPRESA JPV DA SILVA LTDA.

**INTERESSADO:** Diretoria de Administração e Planejamento – DAP;

### 2) DA FUNDAMENTAÇÃO:

**2.1)** Os critérios de aceitabilidade dos preços unitário e global para obras e serviços de Engenharia são aqueles dispostos no **inciso X do art.40 e no art.48 da lei nº8666/93**;

**2.2)** Devemos atentar ainda para o Art.44 da lei nº8666/1993, in verbis:

*“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.*

.....

*§ 3º Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, **incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado**, acrescidos dos respectivos encargos, **ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos**, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.”*



A interpretação deste Artigo pelo Acórdão 719/2018 ocorreu da seguinte forma:

*“É possível a interpretação de que o termo “salários de mercado” sejam os salários acordados por meio de instrumentos de negociação coletiva, tais como dissídios e acordos. Além disso, a disposição “ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos”, presente no art. 44, §3º, está em aparente contradição com os termos “condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação”, estatuídos no art. 48, inciso II, do mesmo diploma legal. Tal antinomia vem sendo tratada pela jurisprudência do TCU no sentido de que a desclassificação de proposta por inexequibilidade deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada (v.g. Acórdãos 2.528/2012-Plenário, 1.857/2011-Plenário 1.079/2017-Plenário)”*

2.3) Há ainda disposto no Acórdão 719/2018 – Plenário relativo ao cumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, in verbis:

*“Embora não haja determinação legal explícita nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 12.462/2011, dentre outras normas legais que instituem regimes de licitações e contratações públicas, que obrigue os licitantes a levar em consideração, na formulação de suas propostas, as despesas decorrentes do cumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho, o art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, e o art. 611 do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) conferem caráter normativo a tais instrumentos, tornando obrigatória, assim, a observância desses ajustes em quaisquer contratos da Administração Pública em seja necessário o emprego da mão de obra de trabalhadores*

.....

8. A conclusão é no sentido de que a fixação, no instrumento convocatório, de remuneração mínima a ser paga pela empresa contratada aos profissionais alocados na execução dos serviços é vedada pelo art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993, ressalvados, contudo, os pisos



**remuneratórios estabelecidos em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho.**

9. Em outras palavras, o TCU entende que é permitida a previsão em editais licitatórios, como critério de habilitação das propostas, dos pisos remuneratórios estabelecidos em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho, **critério este que, na realidade, está implícito e é de observância obrigatória no processamento da licitação, pois a CF/1988 e a CLT impõem à empresa contratada o respeito a esses limites.**

[...]

37. É oportuno observar que o Livro Sinapi - Metodologias e Conceitos, editado pela Caixa Econômica Federal, na condição de gestora do sistema, apresenta as seguintes observações sobre os custos com mão de obra adotados no referido sistema:

**O valor da mão de obra é pesquisado junto às construtoras ou entidades representantes das categorias profissionais.** .... Os dados de mão de obra do Sistema correspondem a custos de equipes próprias, não sendo considerados custos de regimes de empreitada ou de terceirização.

(...)

O SINAPI incorpora aos custos de mão de obra os Encargos Sociais Complementares, por meio de composições de custo horário de mão de obra. Essas composições, além do insumo principal - o profissional representado em cada composição - incluem os custos de alimentação, transporte urbano, equipamentos de proteção individual, ferramentas manuais, exames médicos, seguros obrigatórios e custos de capacitação. Tais custos são oriundos de exigências estabelecidas nas convenções coletivas de cada estado do País e/ou Normas Regulamentadoras, obtidos através de pesquisa de mercado e representados por insumos do SINAPI.

(...)

**Encargos Sociais são os custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários (insumos de mão de obra assalariada) e têm sua origem na CLT, na Constituição Federal de 1988, em leis específicas e nas convenções coletivas de trabalho.**”



**2.4) Convém também transcrever o Decreto nº7983/2013:**

*“Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.*

**Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.”**

**3) DA ANÁLISE:**

- 3.1)** Em resposta ao PARECER TÉCNICO Nº004 – COSE/CMC/IFAM/2019, a licitante encaminhou via email nova proposta de preços no dia 19/12/2019;
- 3.2)** Ao analisarmos a PROPOSTA CORRIGIDA constatamos atendimento às solicitações do PARECER TÉCNICO Nº004 – COSE / CMC / IFAM / 2019.

**4) DA CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, esta Coordenação opta destarte:

- 4.1)** Informar à Comissão de Licitação acerca da aceitabilidade da proposta apresentada pela licitante e atendimento às correções indicadas no PARECER TÉCNICO Nº004 – COSE / CMC / IFAM / 2019;
- 4.2)** Dessa forma, entendemos como EXEQUÍVEL a proposta de preço apresentada;
- 4.3)** Solicitamos ainda que a proposta seja protocolada nesta Instituição com assinatura e rubrica em todas as páginas pelo responsável técnico da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS MANAUS-CENTRO  
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E OBRAS - CEO



Segue para as providências que se fizerem necessárias,

É o parecer,

*Carlos Giovanni Soares da Conceição*

**Carlos Giovanni Soares da Conceição**  
Engenheiro Civil

**Sidnei de Araujo Soares**  
Engenheiro Civil